

GEANE FRANCYELE ROCHA DOS SANTOS

A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS ANOS INICIAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA: CIDADANIA OU COMPETIVIDADE

GOIÂNIA

2021

GEANE FRANCYELE ROCHA DOS SANTOS

A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS ANOS INICIAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA: CIDADANIA OU COMPETIVIDADE

Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia em
forma de Monografia elaborada para fins de avaliação
da Escola de Formação de Professores e
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás.

ORIENTADORA: PROF^a DOUTORANDA CLÉLIA BRANDÃO A. CRAVEIRO

GOIÂNIA

2021

Rocha, Geane Francyele.

A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CIDADANIA OU COMPETIVIDADE.

A importância da Educação Financeira nos anos iniciais / Geane Francyele Rocha dos Santos – Goiânia, 2021. 54 f.

Orientadora: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Licenciatura em Pedagogia, 2021.

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

CURSO DE PEDAGOGIA

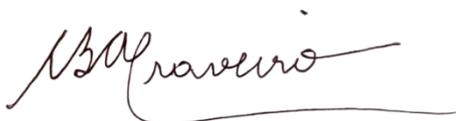
ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 22 dias do mês de junho de 2021, a partir das 16 horas, em regime remoto iniciou-se a defesa da disciplina EDU 1180 – Monografia II, do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC Goiás, a sessão de arguição do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura de Pedagogia, da aluna **Geane Francyele Rocha dos Santos**, autora do trabalho intitulado: **A Implantação da Educação Financeira nos Anos Iniciais da Educação Básica: Cidadania ou Competividade**.

A Banca Examinadora foi composta pelos professores:
Profa. Esp. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro (Orientadora)
Prof. Dr. Antônio Evaldo Oliveira (Leitor)

Às 16 horas e 50 minutos a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta. Reaberta a sessão, os examinadores anunciaram que a candidata foi considerada:

1. (X) Aprovada; 2. () Aprovada com ressalvas; 3. () Reprovada.



Profª Esp. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro
Orientadora e Presidente da Banca



Prof. Dr. Antônio Evaldo Oliveira
Leitor da Banca

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho de conclusão de curso a todos meus colegas e professores, que creem na Educação Básica como um direito, um instrumento de libertação, emancipação e transformação social.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar sou muito grata a minha sogra por ter apresentado essa linda profissão que é a docência, ela foi a principal responsável por eu estar aqui hoje concluindo esse curso e me dedicando para me tornar uma profissional como ela futuramente; dedicada, esforçada, que acredita na geração que está por vir e que ensina por amor.

Sou grata a minha mãe, que é um exemplo de mulher, que não mediu esforços quando decidi entrar nessa graduação, ela quem deu todo o apoio do mundo e me ajudou em tudo que estava ao seu alcance durante toda minha jornada universitária.

Ao meu esposo que foi sempre compreensível, motivador e deu todo o apoio quando eu precisei, ele quem segurou minha mão muitas das vezes que pensei em desistir, compreendeu todos meus momentos de exaustão e preocupação durante esses quatro anos.

Sou grata a minha colega Isabela Pereira que vou levar para toda a vida! Ela foi um presente que a PUC me deu, uma amiga que veio para ser minha cúmplice, incentivadora, fonte de admiração e encorajamento. Obrigada comadre por acreditar em mim, por ter me ajudado todas as vezes que pedi seu apoio e por ter me motivado quando eu imaginei que não seria capaz de continuar.

Agradeço por ter a oportunidade de estar nesses quatro anos de graduação ao lado de colegas de sala maravilhosas! São meninas inspiradoras, que ajudam todos que estão redor, uma turma unida, admirável e que vou carregar com todo carinho para sempre. Foram momentos de muito companheirismo, alegria, comemorações e superação.

Meu muito obrigada especialmente à minha orientadora, Professora Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, por ter sido um exemplo para mim durante essa graduação, uma mulher sabia e admirável, que ensina com amor e está sempre em busca de novos conhecimentos. Sou grata pela sua paciência comigo, por sua competência e responsabilidade com nossas aulas e com esse trabalho, pela sua motivação e inspiração.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Educação Financeira (EF)

Estratégia Nacional Educação Financeira (ENEF)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE)

Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra”. (Anísio Teixeira)

RESUMO

O consumismo é uma das características da sociedade capitalista e vem estabelecendo uma influência intensa na formação das pessoas e, em especial, nas crianças. Nesse sentido, este estudo tem por objetivo compreender o papel da educação financeira para as crianças como contribuição à formação cidadã, abordando a educação financeira como tema transversal na educação básica, a partir dos eixos temáticos – educação, publicidade, consumo. Para tanto, a análise do processo histórico da Educação Financeira no mundo e na Educação por meio dos marcos legais situará as discussões do estudo, organizado em dois capítulos. No Brasil, a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Financeira integra o currículo escolar como um tema transversal a ser abordado no espaço da escola. Para tanto, o estudo tem como base metodológica a pesquisa exploratória, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, em artigos, documentos, legislação, relatórios científicos, sites e livros.

Palavras-chave: Currículo. Educação Financeira. Educação. Formação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O CONTEXTO HISTÓRICO INTERNACIONAL, NACIONAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	15
1.1 O contexto educacional e a disputa entre a educação para a competitividade e a educação para cidadania social	16
1.2 A educação financeira identificação da legislação que institui e organiza a educação financeira	21
2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO ESCOLAR	26
2.1 A educação financeira e a organização curricular	26
2.2 A educação financeira como tema transversal na educação básica	31
CONSIDERAÇÕES	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso em forma de Monografia, atende às exigências de integralização do curso de Pedagogia, abre um espaço acadêmico fundamental para o aprofundamento em uma temática, que emerge durante o curso, mas que não consta visivelmente de um momento específico da organização pedagógica para que seja discutido. Nesse sentido, a autonomia para a escolha do tema e a motivação para a realização desta investigação, originou-se de inquietações ao longo da minha formação acadêmica despertando meu interesse sobre esse tema direcionado para crianças e jovens que é pouco discutido nas escolas, a implantação da educação financeira nos anos iniciais da educação básica: cidadania ou competitividade.

Como futura pedagoga, sinto a necessidade cada dia mais em proporcionar uma educação integral para nossos jovens. É necessário pensar no contexto em que essas crianças estão imersas, fazer com que elas tenham um olhar crítico para o mundo que os cercam, não se tornando um alvo fácil e nem um alienado da sociedade de consumo. O consumismo é uma das características da sociedade capitalista e vem estabelecendo uma influência intensa na formação das pessoas e, em especial nas crianças. Elas, sujeitos que estão em interação e atentos a tudo que acontece em seu redor a todo momento, são alvos fáceis e vulneráveis da publicidade, são estimuladas a consumirem desde muito novas.

Assim, o assunto sobre a educação financeira como tema transversal na educação básica, despertou a minha atenção e pude aliar o que tenho observado em uma instituição comercial em que trabalho e a minha expectativa de como pedagoga reconhecer a relação contexto social, econômico no cotidiano da formação humana e no âmbito educativo.

Constata-se uma ação integrada, uma parceria cotidiana entre o consumo e a publicidade, que atinge principalmente as crianças, tornando vulneráveis aos encantos das propagandas. Essa influência chega aos gastos familiares, assim, muitas vezes a família ou responsáveis se vêm persuadidos por seus filhos as exigências materiais, provocando muitas vezes os déficits familiares. Pelo que se pode observar, o tema tem se uma dupla missão; educar as crianças e reeducar os adultos.

Pensar em trabalhar a temática em sala de aula não significa levar fórmulas, cálculos difíceis, nem ensinar onde investir e muito menos em qual ação aplicar um investimento. Mas, despertar no sujeito um olhar crítico sobre essa sociedade capitalista, falar sobre o papel social do dinheiro, de como a publicidade tem um poder de persuasão, fazer com que os jovens reflitam e façam o uso do mesmo de maneira consciente.

A temática é importante, pois prepara as futuras gerações para desenvolver competências, conscientização, criticidade e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo de suas vidas. O desafio das instituições educativas é de situar o tema em uma perspectiva social e não economicista, promovendo o significado pedagógico ao tema e dar a escola o seu protagonismo.

A preocupação com os sujeitos endividados levou os sistemas financeiros a pensarem a educação financeira como tema a ser trabalhado nas escolas de educação básica do Brasil. Dessa forma, o protagonismo das instituições financeiras sobre a implantação da educação financeira é real, portanto, torna-se fundamental que a escola dê significado pedagógico ao tema assumindo esse protagonismo. Assim, me vi frente a oportunidade de trazer a reflexão sobre a educação financeira como tema transversal na educação básica, ou seja, compreender a contribuição do tema transversal educação financeira na formação das crianças.

Das primeiras leituras evidenciei a preocupação dos sistemas financeiros com o endividamento dos sujeitos e com a queda nos investimentos, como estratégia de preparação da comunidade para lidar com responsabilidade seus recursos financeiros. Foi aí que surgiu a oportunidade de levar para os espaços escolares a temática como temas transversais para desenvolver essa abordagem com os jovens para o uso responsável, consciente e sustentável do dinheiro.

Esse movimento da área financeira motivou o poder público a regulamentar o assunto pelo Decreto¹ N° 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Estratégia

¹ Decreto diferentemente de outros dispositivos, não cria uma lei, nenhum novo direito ou uma nova obrigação. Ele serve para regulamentar uma lei que já existe, que é muito, ampla ou vaga, dando mais detalhes para a norma. Assim como a MP, o decreto só pode ser de autoria do presidente da República. Leia mais em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/qual-a-diferenca-entre-decreto-medida-provisoria-projeto-de-lei-e-pec/>.

Nacional de Educação Financeira (ENEF) a criação de legislação específica sobre o assunto.

Dessa forma, pode-se comprovar que a temática da educação financeira avança, como uma orientação de políticas internacionais neoliberais ganhando destaque nos debates sobre a educação contemporânea. Passa, portanto, a compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica como tema transversal.

Os questionamentos são muitos: A educação financeira nas instituições de ensino poderá favorecer o jovem a fazer escolhas conscientes e ser tornar crítico perante a sociedade consumista? A educação escolar deve acrescentar a esse debate o consumo desenfreado que tem se instalado desde a infância nas crianças? A educação financeira, na fase de desenvolvimento, pode contribuir para uma relação equilibrada com o dinheiro, proporcionando à criança maiores chances de se tornar um adulto consciente no que tange às suas finanças e aliada a educação de qualidade formaríamos melhores cidadãos? A educação financeira nas instituições de ensino poderá favorecer o jovem a fazer escolhas conscientes e ser tornar crítico perante a sociedade consumista? A educação escolar deve acrescentar a esse debate o consumo desenfreado que tem se instalado desde a infância nas crianças? A educação financeira, na fase de desenvolvimento, pode contribuir para uma relação equilibrada com o dinheiro, proporcionando à criança maiores chances de se tornar um adulto consciente no que tange às suas finanças e aliada a educação de qualidade formaríamos melhores cidadãos?

Compreender o papel da educação financeira para as crianças como contribuição à formação cidadã torna-se o objetivo dessa investigação. Nesse sentido, adotando a metodologia da pesquisa exploratória, será elaborado o trabalho de conclusão de curso em formato de Monografia II. Será desenvolvida e fundamentada por um referencial bibliográfico e documental, utilizando como fonte de pesquisa os artigos, documentos, a legislação, relatórios científicos, sites e livros.

Nesse sentido, o conhecimento sobre a legislação que ampara o tema, as experiências que estão sendo realizada no Brasil, a atribuição da escola, finalmente, investigar como a temática pode ser importante para a formação do sujeito e por um lado, o protagonismo das instituições financeiras sobre a implantação da educação

financeira é real, torna-se fundamental que a escola dê significado pedagógico ao tema assumindo esse protagonismo.

Compreender o papel da educação financeira para as crianças como contribuição à formação cidadã torna-se o objetivo dessa investigação

Dessa forma, a concretização do objetivo geral dessa investigação será mediada pelos eixos: educação, publicidade, consumo, os marcos legais que garantem a educação financeira dialogando com as políticas educacionais e estruturada em dois capítulos.

O capítulo primeiro identificar a legislação que institui e organiza a educação financeira na escola. situa a educação em sua função socioeducacional,

O segundo capítulo conhecer a atribuição da escola na implantação da educação financeira como tema transversal na educação básica.

Por fim, a implantação da educação financeira como tema transversal na educação básica.

1 O CONTEXTO HISTÓRICO INTERNACIONAL, NACIONAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Compreender o papel da educação financeira para as crianças como contribuição à formação cidadã torna-se o objetivo dessa investigação que se insere em um cenário nacional de disputa entre a educação para a competitividade e a educação para cidadania social. O capítulo primeiro situa a educação em sua função socioeducacional, no contexto da abordagem contemporânea dada à educação na sociedade brasileira, sobretudo às ideias de educação como promotora de competitividade e de cidadania social. Nesse sentido, busca conhecer também a legislação que institui e organiza a educação financeira na instituição escolar.

1.1 O contexto educacional e a disputa entre a educação para a competitividade e a educação para cidadania social.

Para se compreender a importância da educação financeira nos anos iniciais, torna-se necessário historicizar como foi concebida a educação com o passar dos anos diante dos diversos contextos tais qual o mundo se encontrava, onde a educação passou-se a ser usada como meio para atender as demandas da sociedade contemporânea.

Com a globalização, as alterações regulatórias e institucionais foram marcantes, com o passar do tempo as demandas e necessidades da sociedade vão sofrendo alterações, e é nítida as mudanças nas relações sociopolíticas e econômicas do mundo. SOBRAL (2000), em seu artigo “Educação para a competitividade ou para a cidadania social”, faz um levantamento de como era concebida a educação perante a sociedade ao passar das décadas.

Na década de 50, a educação era um instrumento de status e ascensão social, o sujeito que tinha acesso a ela, estaria então na hierarquia de prestígio, um degrau a mais na estrutura piramidal do sistema de estratificação social da sociedade. Vale observar que, nesse período, a educação era vista como um instrumento de mobilidade social, uma vez que tinha o papel de formação e socialização, mas, também, dava “status” aos indivíduos da sociedade.

Nos anos de 60 a 70, a educação era vista como um mecanismo para promover a melhoria de renda, um crescimento econômico social e um meio de qualificação para o mercado de trabalho, o que era um meio de status e ascensão social no século anterior, passou a ser destinada para qualificação de mão de obra e crescimento econômico social. No Brasil, esse período de instabilidade econômica é marcado pela intervenção do Estado, a fim de superar o subdesenvolvimento e na tentativa de inserir o país no mercado internacional.

Nesse sentido, a política educacional, nas décadas de 1960 e 1970, apresentou a preocupação com a rentabilidade dos investimentos educacionais, ao perceber a deficiência quanto à qualificação da mão-de-obra para acompanhar o desenvolvimento econômico do país, bem como a estrutura educacional de formação desta mão-de-obra. Com isso, emerge as Políticas de Reforma Universitária (1968) e a Lei de Profissionalização do Ensino Médio (1971), a fim de superar o modelo educacional da época (SOBRAL, 2000).

Na década de 1970, com a abertura política brasileira e o advento do milagre econômico brasileiro, a educação foi considerada como um elemento para a formação da cidadania, ou seja, a educação como um caminho para a cidadania ao possibilitar ao indivíduo o acesso à educação pública, gratuita, além de sua participação ativa nas diferentes esferas de poder. Com a preocupação de ter mão de obra qualificada, ampliar o mercado de trabalho e promover o crescimento econômico, o papel da educação passou então a ser uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento e construção da cidadania. A ideia vigente era de que a educação era a base para o desenvolvimento, então a educação passou a ter um olhar maior, pois investir nela era muito importante para o crescimento econômico do país.

Nos próximos anos a necessidade era de uma geração com conhecimento científico e tecnológico, onde o diploma de pós-graduação era muito importante, onde o sujeito pós-graduado estaria então completando todo o ciclo de produção de conhecimento, dominando a pesquisa e o conhecimento tecnológico. A educação, na década de 90, era considerada como um instrumento de promoção da competitividade, visto que os indivíduos competem entre si na empregabilidade e a sociedade convive com a modernidade e a presença do desenvolvimento sustentável.

Nessa nova década, o desenvolvimento científico e tecnológico passou a se fazer muito presente, demandando então uma educação que forme pesquisadores

mais qualificados e especializados, mais competitivos. Com o constante ciclo e movimento da sociedade, as demandas e necessidades também estavam em movimento, era necessário pessoas qualificadas e com um conhecimento a mais para atender o mercado em desenvolvimento, diante de novas ciências e tecnologias.

É notório que em cada contexto e em cada tempo tem-se uma demanda diferente da educação, o que antes era tido como um símbolo de status passou-se a ser usado para o crescimento econômico e melhoria da renda, logo depois ela se tornou algo constituinte da cidadania, posteriormente um direito, e então foi vista como uma ferramenta de competitividade imersa a sociedade tecnológica onde os sujeitos deveriam acompanhar tais mudanças nesse mundo de conhecimento científico. SOBRAL (2000) ainda afirma:

[...] é importante destacar que uma única concepção de educação não pode dominar inteiramente, da mesma forma como se afirmou anteriormente que o novo modo de produção de conhecimento não pode excluir o antigo ou que se sugeriu um modelo misto de desenvolvimento científico e tecnológico.

A autora ainda afirma que há mais de uma concepção de educação, que a nova ou a velha não deve ser desconsiderada, são vários contextos, demandas e necessidades na sociedade.

Sobral (2000) em seu artigo “Educação para a Competitividade ou para a Cidadania Social?”, diz que a Educação simbolizava para estes uma oportunidade de ascender no prestígio hierárquico da organização social da época, e, para a sociedade, uma amplificação do sistema de camadas sociais, principalmente, pela classe média. A autora ainda destaca que a educação tinha papel relevante no processo de legitimação da abertura da sociedade ao processo de industrialização e democratização.

Nos Estados Unidos a Educação Financeira, além de ser componente curricular obrigatório nas escolas, tem o apoio da rede bancária, que desenvolve seus projetos de Educação Financeira em conjunto com outras organizações.

Com a abertura do processo de industrialização e a democratização nos países, percebe-se um cenário econômico instável e a temática da Educação

Financeira emerge como um conhecimento que não fazia sentido. CERBASI (2009) afirma:

Educação Financeira é um conhecimento, cuja existência não fazia muito sentido há alguns anos, quando a economia sofria com choques e mudanças de regras frequentes. Nos tempos de inflação elevada, a regra era adquirir bens e fazer estoques, ponto. Com a estabilidade econômica, o conhecimento de finanças pessoais passou a merecer alguma atenção, pois hoje é possível acumular informações nessa área sem que se tornem descartáveis daqui a alguns meses [...] basicamente, um conhecimento que vale a pena acumular (CERBASI, 2009, p. 13).

Em relação à cidadania, espera-se que o jovem tenha uma formação cidadã crítica, ou seja, uma participação social e política, com exercício de direitos e deveres, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações. Que, também, seja um agente transformador, contribua para a melhoria do meio ambiente, se utilize de diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para construir conhecimentos, questione sempre a realidade, adote no dia a dia atitudes conscientes, sempre analisando as fontes de informação.

Relação consumismo, publicidade e a influência das crianças – o Instituto Alana

É importante refletir sobre o poder de persuasão e compras com as propagandas e mostrar que muitas vezes os sujeitos são cativados a consumirem sem mesmo avaliar se tal aquisição é realmente necessária.

É imperativo destacar, que é necessária a atenção dos indivíduos acerca das forças do mercado, como o marketing afeta suas decisões de consumo e muitas das vezes acabam induzindo o consumidor a comprar determinado produto, através de promoções e de propagandas. Sendo assim, os indivíduos devem analisar suas escolhas e, conseqüentemente, os impactos que poderão sofrer posteriormente.

No documentário “Criança, a alma do negócio” (2008), há uma análise de como a mídia se aproveita de forma apelativa da publicidade para que as crianças sejam imersas nesse mundo do consumo cada vez mais precoce. A indústria concebe as crianças como alvos vulneráveis de persuasão, criando então um ciclo vicioso, onde desperta um desejo pelas mesmas após assistirem algum anúncio com seu personagem favorito.

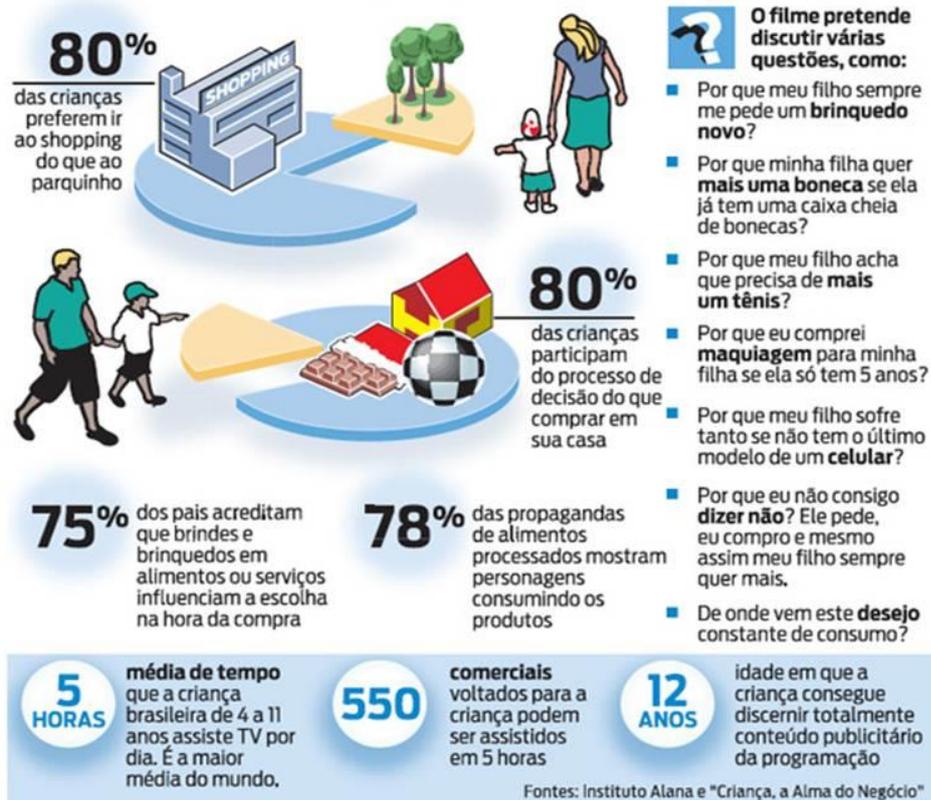
Na imagem abaixo são expostos dados que confirmam que 80% das crianças decidem o que comprar em sua casa, os pais relatam que as propagandas na TV influenciam a escolha de determinados produtos para os pequenos. Eles não têm o mesmo discernimento que os adultos em relação as melhores escolhas, preços e sobre economizar, então é aí que a mídia não mede esforços para atingir esse público.

O bombardeio demasiado de propagandas direcionadas a aquisição pelos jovens de determinados objetos, provocam a frustração e inferioridade, nem todas as famílias têm as mesmas condições. Os pais devem adotar uma postura responsável perante as decisões, esclarecer que não há necessidade e não agir por impulso.

A análise presente na imagem abaixo relata que a maioria das crianças dessa sociedade contemporânea preferem estar em Shoppings, imersas a esse mundo das compras, que nos parquinhos de diversão, brincando e vivendo de fato uma infância. É relatado também que os pais se questionam tanto de onde vem esse desejo constante de estar acompanhando a moda, de ter mais roupas, mais brinquedos, sem a real necessidade, apenas por querer acompanhar os lançamentos, seguir tendências e os produtos que estão em alta.

Criança, a alma do negócio

O documentário traz números e situações impressionantes sobre o consumismo infantil



Fonte: <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br>

A criança muito nova ainda não consegue distinguir o que é realmente necessário do supérfluo, então é aí que a Educação Financeira tem um papel fundamental, contribuindo para que esse jovem reflita e saiba distinguir suas necessidades de desejos, que saibam poupar, economizar e não se influenciar pelo poder do marketing.

1.2 A educação financeira identificação da legislação que institui e organiza a educação financeira

Os Estados Unidos da América, de acordo com alguns estudos, considerado um dos primeiros países a destacar a Educação Financeira no processo de formação dos adolescentes nas escolas secundárias, por volta dos anos de 1957 e 1985, desenvolvendo programas com essa temática, em 29 dos 50 estados que compõem a federação norte-americana (BERNHEIM, GARRET E MAKI, 2001). Com a globalização, as alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal, nos últimos 20 anos, houve diversas mudanças nas relações sociopolíticas e econômicas do mundo.

Nesse sentido, a educação financeira nasce com uma preocupação de inúmeros países, ampliando os estudos sobre a temática, mesmo com inúmeras críticas entre a população adulta. Além dos fatores apresentados acima, se tem mudanças no perfil da sociedade que cada dia consome mais, demonstrando insatisfação, mesmo alcançando a perspectiva de ter comprado o produto desejado, conforme Bauman (2007, p.107) afirma:

A sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação. Uma forma de causar esse efeito é depreciar e desvalorizar os produtos de consumo logo depois de terem sido alcançados ao universo dos desejos do consumidor. Uma outra forma, ainda mais eficaz, no entanto, se esconde da ribalta: o método de satisfazer toda necessidade/desejo/vontade de uma forma que não pode deixar de provocar novas necessidades/desejos/vontades.

Por sua vez, o consumismo está associado à existência humana, por se tornar algo da vontade e desejos dos indivíduos, ou seja, o consumismo é um atributo do convívio humano, ao considerar o consumo como elemento e ocupação dos mesmos, visto que o consumismo assume papel no lugar do trabalho (BAUMAN, 2007).

Essas mudanças provocadas pela globalização, o desenvolvimento tecnológico e as alterações institucionais e regulatórias levou os países desenvolvidos a romperem com os ideais paternalista de Estado. Com isso, o estado brasileiro realiza um conjunto de reformas de caráter neoliberal, a partir da década de 1990, sejam elas de natureza financeira, tecnológica, produtiva e educacional.

Vale observar que, a educação, nesse período, traz o caráter de promoção da competitividade, ao dar condições de empregabilidade aos indivíduos e possibilitar à sociedade a presença da modernidade relacionada ao desenvolvimento sustentável. Sobral (2000, p. 5), assevera sobre o tema:

Diante do processo de globalização, da maior abertura do nosso país ao mercado internacional e da 22 contexto 22 de entrar no novo paradigma produtivo, a formação de recursos humanos torna-se importante para aumentar a nossa competitividade, seja pela formação de pesquisadores altamente qualificados pelas universidades e pelo contexto de pós-graduação e que são responsáveis pela produção científica de ponta e pela produção de novas tecnologias, seja pela modernização tecnológica das empresas que dependem da pesquisa científica de ponta e também da educação básica e de sua mão-de-obra. Dessa forma, os indivíduos tornam-se mais competitivos no mercado, ou seja, com maior grau de empregabilidade, assim como as empresas ficam mais competitivas no mercado internacional, contribuindo para o desenvolvimento de nossa sociedade. Percebe-se nesse contexto uma legitimação de caráter mais econômico, possibilitada pela educação.

Com esse cenário, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano de 2003, propôs que a formação dos indivíduos no que se refere à Educação Financeira deve iniciar bem cedo, uma vez que desde pequenos se tem o contato com às finanças desde quando realizam os primeiros pedidos de compras aos pais e, além disso, elas têm um “poder” de decisão no orçamento da família.

A OCDE também apresenta a Educação Financeira direcionada às crianças deve objetivar a criação de “bases” para que, na vida adulta, as crianças possam ter uma relação saudável, equilibrada em todas as questões relacionadas as finanças. Na tentativa de mudar esse cenário, a OCDE elaborou uma proposta de Educação Financeira objetivando educar financeiramente os países membros e parceiros, como o Brasil. Desde então, tais países tiveram suas ações pautadas pelas diretrizes elaboradas pela OCDE visando a educar financeiramente seus cidadãos.

A OCDE definiu a Educação Financeira como:

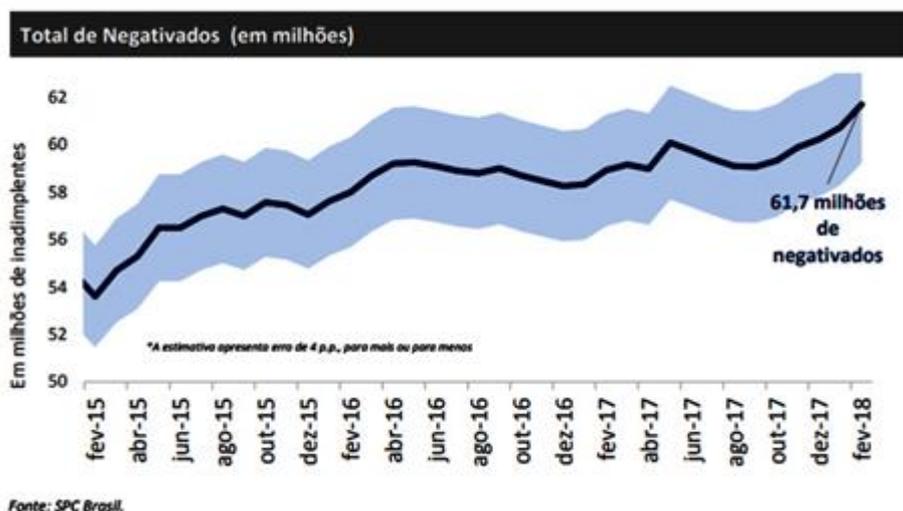
[...] o processo pelo qual os consumidores financeiros/ investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, *apud* SILVA; POWELL, 2013, p. 3).

Diante essas mudanças nas últimas duas décadas, a proposta de implantação da Educação Financeira nas escolas surgiu meio a um cenário com alto índice de pessoas inadimplentes registradas no banco de dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em meados de 2014. Entretanto, a preocupação com o endividamento das pessoas incluindo dos aposentados já fazia parte da área econômica. Houve então a necessidade de conscientizar o cidadão brasileiro para usar de forma adequada seus recursos financeiros e essa conscientização deveria se iniciar no processo de educação da sociedade em geral.

No site do governo, “Vida e Dinheiro” diz o seguinte sobre as estratégias de iniciativa para a temática:

A existência de uma estratégia nacional de educação financeira favorece a promoção do tema no país e cria diretrizes para balizar iniciativas concretas, sejam do Estado, da iniciativa privada ou sociedade civil. A estratégia torna-se a principal referência para leis, políticas públicas e programas multisetoriais, contribuindo para gerar ampla mobilização. Em 2017, 60 países de diferentes níveis de renda possuem uma estratégia nacional de educação financeira ou avançaram em projetos relacionados ao tema.

Vários países estão engajados a desenvolverem estratégias para avançar com a temática, de modo com que os sujeitos sejam amparados por leis, políticas e iniciativas governamentais garantindo a Educação Financeira dos alunos, a estabilidade econômica e o desenvolvimento social.



O SPC disponibilizou um gráfico em 2018 onde registra a marca de 61,7 milhões de brasileiros com o nome negativado, ou seja, pessoas inadimplentes, esse número representava 40,5% da população, quase metade da população estava endividada.

A estimativa reflete o quadro de dificuldades econômicas que as famílias ainda enfrentam, com o alto nível de desemprego e a renda ainda comprimida. Mas não é só a conjuntura que explica fenômeno da inadimplência – em muitos casos, o descuido com as finanças leva à situação de descontrole e ao consequente atraso das contas, afirma o presidente do SPC Brasil, Roque.

O grande número de inadimplentes é crescente devido a uma série de fatores como baixa renda e desemprego como afirma o presidente do SPC. A Educação Financeira nas escolas contribuirá de forma que ajude o cidadão a criar hábitos e comportamentos acerca do dinheiro de maneira consciente, para que tome decisões com cautela, evitando endividamentos e gastos desnecessários no decorrer da vida.

Instituiu-se em 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), pelo DECRETO Nº 7.397, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 (BRASIL, 2010), com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da cidadania, para a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e para despertar o gasto consciente por parte dos consumidores.

A Educação Financeira prevista por decreto em 2010 foi revogada em 2020, onde se instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. O Projeto de Lei PL 3145/2020

altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e inclui a educação financeira no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica. A partir de então todas as escolas brasileiras devem incluir educação financeira como tema transversal na matriz curricular, sendo abordada em várias as aulas e projetos, desde a educação infantil até o ensino médio.

Desse modo, destaca-se que no texto da LDB as alterações que se apresentam até o momento:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.

§ 9º-A. A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o **caput**. [\(Incluído pela Lei nº 13.666, de 2018\)](#).

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, a Educação Financeira passa a ser obrigatória e deverá ser abordada principalmente em Matemática e Ciências da Natureza para crianças do ensino fundamental.

Destaca-se ainda, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluiu a temática a ser trabalhada como um tema transversal, não significa que ela deve ser trabalhada especificamente na aula de matemática, mas sim que poderá ser desenvolvida nas várias áreas do conhecimento, a Base defende.

Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing.

É possível falar sobre a Educação Financeira em outras disciplinas onde não tem a matemática, nessa abordagem o educando consegue usufruir de outras

disciplinas para desenvolver as habilidades e competências prevista na matriz curricular.

Entende-se que, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN e PCNEM) ficou evidenciada a preocupação em se respeitar as diferentes culturas e políticas existentes no país e, em contrapartida, a necessidade de construir um direcionamento no processo educativo. Para que isso pudesse acontecer foi necessário criar nas escolas um caminho que oferecesse aos jovens, condições de obter conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

Destaca-se que o ensino da Matemática pode contribuir para os alunos desenvolverem habilidades relacionadas à representação, compreensão, comunicação, investigação e, também, a contextualização sociocultural, com capacidade para resolver problemas do cotidiano, saber decidir sobre vantagens e desvantagens de uma compra à vista ou a prazo; avaliar o custo do produto em função da quantidade; conferir se estão corretas informações em embalagens de produtos quanto ao volume; calcular impostos e contribuições previdenciárias; avaliar modalidade de juros bancários e até mesmo rendimentos financeiros.

2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO ESCOLAR

2.1 A educação financeira e a organização curricular

O currículo dentro do contexto escolar, diz respeito a toda experiência, vivência, aos conhecimentos acumulados e permeados a partir das relações sociais, é toda socialização, confronto de ideias e produção de cultura.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

[...] o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo. Assim, as políticas curriculares não se resumem apenas a propostas e práticas enquanto documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplas singularidades no corpo social da educação (BRASIL, 2013, p. 24).

O documento aponta que o currículo não é algo que está escrito, definido e imposto para ser seguido, mas sim um processo, vivenciado e construído pela comunidade escolar, são experiências permeadas pelas relações sociais que vão contribuir para a identidade do aluno.

As propostas para inserir a Educação Financeira no currículo escolar vem de encontro ao estabelecido pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB N. 9.394 de 1996), que apresenta no art. 205 (da Constituição Federal) que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.1).

Conforme alguns estudos realizados, muitos estudantes deixam a escola de educação básica sem habilidades referentes aos conhecimentos financeiros, e, por sua vez, ao terem sucesso em sua vida profissional, estes se deparam com as dificuldades financeiras (KIOYOSAKI, 2000).

Vejamos o que Domingos (2014, p.18) diz sobre a importância da educação financeira “[...] a educação financeira é imprescindível para construir um país mais realizador de sonhos” e ainda “não é finanças, nem exatamente apenas poupar. É mais do que cálculos matemáticos e sim hábitos, costumes e comportamentos”.

Nesse sentido, a educação financeira é essencial para que os indivíduos possam estar preparados para uma educação financeira sustentável e consciente. E a Educação Financeira no Currículo Escolar contribui para que essa formação mude sua mentalidade quanto à questão financeira, seja como uma habilidade e competência transversal ou mesmo uma disciplina.

Por sua vez, a Base garante que as instituições de ensino insiram no rol de suas temáticas, assuntos que são da vivência e do contexto em que o educando se encontra, fazendo com que seus saberes sejam contextualizados e significativos. BNCC (2017, p. 19)

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.

A Educação Financeira precisa estar de fato nas temáticas da escola e é um tema contemporâneo. Com isso, cabe às instituições contextualizar o assunto, inserir como um dos temas transversais, oferecendo aos educandos saberes a respeito da EF de forma significativa e contextualizada como a própria BNCC orienta. Nesse sentido, o protagonismo das instituições educacionais, se efetivará através do cumprimento do papel social escolar de formar integralmente e criticamente seus estudantes.

O documento aborda a Educação Financeira como um tema transversal e que precisa de fato ser desenvolvida, entretanto, ao se fazer um estudo aprofundado no documento não é possível encontrar um norte claro e pontual orientando de que forma é possível desenvolver a temática nas instituições. Nesse sentido, ao buscar pela palavra “educação financeira” foi encontrado:

ANO	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADE
5° ANO	Número	Cálculo de porcentagens e representação fracionária	(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros (BNCC p. 295)

6° ano	Número	Cálculo de porcentagens por meio de estratégias diversas, sem fazer uso da “regra de três”	(EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros (BNCC p. 301)
7° ano	Número	Cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples	(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros (BNCC p.307)
9° ano	Números	Porcentagens: problemas que envolvem cálculo de percentuais sucessivos	(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira (BNCC p.317)

Percebe-se que há uma preocupação maior em descrever habilidades distribuídas nos anos iniciais especificamente na disciplina de matemática, e não em vários outros contextos fora da matemática como foi dito no início, nos temas transversais. Foi perceptível que houve uma atenção maior para desenvolver habilidades acerca de conceitos e cálculos, dando pouca atenção ao senso crítico, onde o aluno tem espaço para adquirir consciência e criticidade acerca de contextos

financeiros na sociedade, comportamento sustentável acerca do consumo, visando a autonomia e planejamento.

Ainda foi possível encontrar no documento o seguinte trecho onde diz respeito a inclusão da temática:

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual (BNCC p. 568).

A BNCC cita de fato a inserção crítica e consciente do sujeito nessa sociedade, mas não vai além para instruir o profissional da educação a desenvolver essa consciência dentro dos temas transversais, permitindo uma reflexão acerca de hábitos e comportamentos conscientes, instruindo melhores decisões acerca do dinheiro e evitando endividamentos e gastos desnecessários, é possível encontrar o tema apenas em contextos matemáticos e de cálculos.

Outro desafio é a falta de capacitação do professor para elaborar um projeto de Educação Financeira nas escolas, durante a docência, eles não são capacitados de fato para trabalhar essa temática. Uma observação que se deve frisar é que o documento deveria instruir mais esses profissionais a buscar meios para efetivar de maneira prática temas, habilidades e contextos práticos que norteiem a Educação Financeira nas salas de aula.

Freire (1996), defende que, quando é realizado um trabalho em sala de aula dentro da realidade do educando, de seu contexto, o saber vai além do conteúdo, seu aprendizado é vivenciado, contextualizado. Quando é trabalhada a temática sobre Educação Financeira nas escolas, o aluno passa a perceber o mundo que o cerca, a compreender e ter um olhar crítico perante a sociedade capitalista consumista em que ele está inserido.

Sobre currículo, Moreira e Candau (2006) defendem como um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. Toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de

cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo.

A organização curricular deve ser pensada de modo que o saber a ser construído a respeito da temática sejam significativos, nesse sentido, por mais complexo que seja a temática, em função da imaturidade financeira da sociedade, deve ser trabalhada em sala de aula, mas centrada nos valores do PPP.

Sobral (2000), enfatiza que de acordo com o passar do tempo, as concepções e necessidades da sociedade vão sofrendo alterações. No atual contexto mundial, marcado pela globalização, pelo capitalismo e competição entre países e empresas, a necessidade é de que a educação seja repensada também.

Então, para que a educação acompanhe esse cenário e atenda às necessidades da sociedade é necessário que as escolas incluam a Educação Financeira em sala de aula.

Vale observar, também, que, independentemente da renda, a educação financeira deve estar presente na vida diária de todos. Pois um dos maiores benefícios que se pode identificar, principalmente num momento de instabilidade econômica como o que passamos, refere-se ao fato de que as pessoas educadas financeiramente estão mais preparadas para aproveitar as oportunidades que surgem no dia a dia. Elas conseguem ter um desempenho maior e um melhor desenvolvimento em vários setores: família, trabalho, saúde emocional, espiritual, intelectual e físico.

Com isso, Santos (2016, p.4) destaca alguns argumentos de que:

O importante, é desenvolver nos alunos olhar crítico e reflexivo, de modo que ele saiba entender, dentre outros, a influência da mídia, bem como os seus apelos consumistas, a importância de que os gastos sejam planejados, a consciência que a qualquer momento pode haver uma emergência e que é interessante que as pessoas tenham algum dinheiro guardado para tal, dentre outros aspectos, fazendo escolhas conscientes.

A Associação de Educação Financeira do Brasil a Educação Financeira diz que a Educação Financeira pode ser desenvolvida em sala de aula pelos professores das mais diversas disciplinas do currículo escolar e não necessariamente haja uma matéria individual exclusiva para essa finalidade.

2.2 A educação financeira como tema transversal na educação básica

Pensar num currículo em que as disciplinas não dialogam entre si, ou seja, onde os conhecimentos são tratados de modo compartimentado e dividido, e, ao elaborar uma proposta voltada para a formação para a cidadania, de modo que o professor necessita adotar uma postura transversal, isto representa um avanço significativo para a educação brasileira.

Nessa perspectiva, a Educação Financeira ao ser inserida no cotidiano de sala de aula, como um tema transversal, desde a publicação dos PCN's dos anos de 1990, provocou inúmeras discussões. Visto que, a partir da inserção da Educação Financeira no contexto escolar como um tema transversal, compreende-se a sua relevância no processo de formação dos alunos quanto à possibilidade de gerenciar suas próprias finanças, identificando as oportunidades de mercado, bem como ao realizar uma análise dos riscos. Além de ter a compreensão e dispor de conhecimentos que permita tratar assuntos de natureza socioeconômica que estejam associados à sua vida.

Vale observar que, a Pedagogia de Projetos tem sua origem na “Pedagogia ativa”, com os pensamentos de John Dewey e outros estudiosos do final do século XX, ao acreditar que a Educação era mais que uma preparação para a vida, e, sim, a própria vida, ao compreender que

A escola precisa trabalhar de forma mais contextualizada com a vida dos alunos, e seu currículo escolar precisa estar mais conectado com os acontecimentos reais de seus educandos, pois as questões sociais não param na porta da escola, elas entram e estão presentes na vida dos educandos, e para melhor entender melhor a realidade que os cercam a escola precisa mudar sua maneira de enxergar seus discentes como pessoas passivas, e percebê-las como pessoas ativas, que vivem intensamente seus problemas e os do mundo também (BRITO; CALIMAN, 2016, p. 4).

Nesse sentido, a Pedagogia de Projetos rompe com aspecto pedagógico de que a aprendizagem se dá na resolução de contextos didáticos significativos para os alunos, de modo que se aproxime muito do contexto social, ao desenvolver o senso crítico, a facilidade para resolver problemas e pesquisar, transformando o aluno em sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, conforme os pensamentos de Dewey de que o desenvolvimento do indivíduo passa pela sociedade e vice-versa.

No Brasil, a proposta do método de projetos se difundiu com o professor Anísio Teixeira, nos anos de 1930, em contraponto aos princípios da escola tradicional e rompendo com o modo passivo de ensino, por meio de uma metodologia criativa, dinâmica e ativa (BRITO; CALIMAN, 2016).

Para isso, a inserção do trabalho com projetos no espaço escolar intenta transformações do ponto de vista da relação ensino e aprendizagem, e, por sua vez a mudança na postura do professor. Hernandez e Ventura (1998) afirmam que a Pedagogia de Projetos está além de se pensar numa alternativa metodológica, mas sim um modo de repensar o espaço da escola.

Para tanto, ao compreender a função dos temas transversais na educação, bem como a relação de transversalidade, com sua representatividade na prática pedagógica, por meio da postura transversal dos docentes ao estabelecer diálogo com as distintas áreas de conhecimento, contextualizando o que está sendo ensinado, permitirá ao aluno ter uma aprendizagem significativa para sua atuação na sociedade.

Compreende-se com transversal “aquilo que atravessa”, e, com isso, no cenário da educação, os temas transversais estão relacionados à conhecimentos que não pertencem, especificamente, a uma área de conhecimento, porém, estes atravessam elas, uma vez que fazem parte e se aproximam da realidade do aluno.

Por sua vez, a transversalidade é apresentada no Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a dizer:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões de vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes de arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

Vale observar que, o Parecer acima, ainda apresenta uma diferenciação entre a interdisciplinaridade e a transversalidade, mas afirma que estas complementam uma à outra, ao considerar um processo de dinamicidade e inacabável da realidade. A

transversalidade está relacionada aos aspectos didáticos-pedagógicos, enquanto a interdisciplinaridade ao modo que acontece a produção do conhecimento.

Pode-se afirmar que, com o advento dos temas transversais, rompeu-se barreiras dos muros da escola, ao aproximar mais ainda da realidade dos alunos, estabelecendo outras concepções de ensino, as quais contribuíram significativamente na formação dos alunos.

Os temas transversais não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas (BRITO; CALIMAN, 2016, p. 10-11).

Na década de 1990, os temas transversais se apresentavam nos Parâmetros Curriculares Nacionais, com a orientação de ser abordados nas várias disciplinas, não como componente do conteúdo, sendo o conhecimento trabalhado e consonância com à vida cidadã e social dos alunos. Por sua vez, com aprovação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, esses temas são denominados como Temas Contemporâneos Transversais, ao integrar e agregar não somente uma área específica de conhecimento, mas sim, em todas elas de modo integrado e complementar, cabendo às

[...] escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2017, p. 19).

Por sua vez, a inserção da Educação Financeira no espaço escolar se justifica por abranger uma temática contemporânea transversal, na macro área “Economia”, por tratar de um grupo de conhecimentos compreendidos como fundamentais para fortalecer a cidadania, no intuito de contribuir na formação de cidadãos que possam realizar decisões financeiras com autonomia e consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema, Educação Financeira, tem recebido destaque em distintos segmentos da sociedade, principalmente, no que se refere ao consumismo desenfreado dos indivíduos de diversas idades e classe social, e, como observado ao longo desse estudo, desde crianças estes estão vulneráveis ao consumismo.

Para tanto, o estudo objetivou compreender o papel da Educação Financeira para as crianças contribuindo para uma formação cidadã ou competitiva, ao abordar a Educação Financeira no currículo escolar a partir dos temas – educação, publicidade e consumo.

Compreende-se que a Educação Financeira no espaço escolar está inserida no currículo, através da homologação da Base Nacional Comum Curricular, como tema transversal contemporâneo “Economia”, e, por sua vez, os conceitos abordados contribuem para que as crianças e adolescentes tenham consciência, a longo prazo, de que para investir e consumir é preciso ter responsabilidade.

Vale observar que, ao conduzir a formação das crianças e adolescentes abordando esta temática contribui para uma melhor qualidade do consumo, valorização dos bens materiais, realização de um planejamento do futuro e para se ter uma vida mais equilibrada no aspecto econômico. Tal fato, responde à hipótese de que a Educação Financeira, na fase de desenvolvimento, pode contribuir para uma relação equilibrada com o dinheiro, ao proporcionar que as crianças sejam adultos conscientes quanto às finanças e formando cidadãos responsáveis.

Isso significa dizer que a Educação Financeira no currículo escolar não se limita apenas à ideia de poupar agora para um futuro próximo, mas intervém no processo reflexivo de tomada de decisões dos indivíduos, sejam elas ou não de fundamentação matemática, diante às possibilidades de poupança, investimento, consumo, planejamento, entre outros.

Por sua vez, a temática Educação Financeira no espaço da escola, deve ser observado quando aos discursos empregados para cada faixa etária, de modo que a cada nível de formação os indivíduos compreendam e abstraem os conceitos pertinentes à sua faixa etária, uma vez que o objetivo da Educação Financeira no currículo escolar intenta uma formação a longo prazo.

Percebe-se que os indivíduos ao terem uma formação voltada à cidadania, serão sujeitos com participação política e social ativa, exercendo seus deveres e direitos, bem como se posicionando criticamente, com responsabilidade e de forma construtiva nas diversas situações da vida.

Contudo, a Educação Financeira como tema transversal contemporâneo da BNCC traz a idealização de que esta poderá auxiliar os alunos ao terem o contato desde cedo com o tema e poderá ajudar à sua família a planejar sua vida, da família e tomar decisões financeiras, uma vez que o acesso à cidadania financeira é um direito, e, conhecer suas finanças pessoais, um dever de todos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. **Constituição da República Federativa Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 fev. 2021.

_____. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2020**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7397-22-dezembro-2010-609805-norma-pe.html>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BERNHEIM, B. D.; GARRETT, D. M.; MAKI, D. M. *Education and saving: The long-term effects of high school financial curriculum mandates*. **Journal of Public Economics**, 2001.

BRITO, Mônica Alves Silva; CALIMAN, Elizene. **Pedagogia de projetos e temas transversais: 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental**. Disponível em: <http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/5603d87e02fb3aedb1865d756535d0dc.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

CARDOZO, Juliana De Souza. **No momento em que as finanças têm importância crescente no capitalismo, entender esses processos é parte fundamental para a participação política 2011**. TCC (pedagogia) – Faculdade de Educação de Brasília.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**. São Paulo: Elsevier, 2009.

DOMINGOS, R. **Ter dinheiro não tem segredo: educação financeira para jovens**. São Paulo: DSOP, 2012.

FARINHA, Maria. Criança, a Alma do negócio. 2013. (49m04s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ur9llf4RaZ4>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da auto777nomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz, 27. ed., 1996.

KIOYOSAKI, Robert T.; Lechter, S.L. **Pai Rico, Pai Pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Ed. 66º, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A Organização do currículo por projetos de trabalho; o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

NO MUNDO. **Vida e dinheiro**. 2021. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-mundo/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SANTOS, Laís Thalita; PESSOA, Cristiane. **Educação Financeira na perspectiva da Educação Matemática Crítica: uma reflexão teórica à luz dos ambientes de aprendizagem**. BoEM, Joinville, v.4. n.7, p. 23-45, ago./dez. 2016b.

Quase 62 milhões de brasileiros estão com o nome sujo na praça
Disponível em: > <https://leiamaisba.com.br/2018/03/12/quase-62-milhoes-de-brasileiros-estao-com-nome-sujo-na-praca>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARÁ. **Criança, a alma do negócio**. Sociologia, Pará, 2021. Disponível em:

<http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=861&evento=3#main-content>. Acesso em: 14 mai. 2021.

SILVA, A.M.; POWELL, A. B. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba- Paraná, 2013.

SOBRAL, Fernanda da Fonseca. **Educação para a competitividade ou para a cidadania social?** São Paulo. 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 13 fev. 2021.